



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 93.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Paul Lopes, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, Leônidas Chaves, Paulino José Delazeri, Quielise Crisóstomo e Sabino Campos (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Telex:

Do Senhor Ministro Neri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

"Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária realizada no dia 22 do corrente mês, apreciando o pedido de liminar formulado nos Autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade NR 117-5/PR, requerente o Governador e requerida essa Assembléia Legislativa, proferiu a seguinte decisão:

"O Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Celso de Mello e Celio Borja, deferiu a medida cautelar e suspendeu a vigência, até o julgamento final da ação, das expressões "cujo soldo não poderá ser inferior ao correspondente aquele dos servidores militares federais", constantes do parágrafo único do art. 48, da Constituição do Estado do Paraná, Votou o Presidente". Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei ns. 317, 318, 319 e 320/89 e, para o Projeto de Resolução n. 67/89, constantes da ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação, ao Projeto de Lei n. 347/89, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, "post-mortem", ao Senhor Abilon de Souza Nunes.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação e discussão para o Projeto de Lei Complementar n. 297/89.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 2766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 329/89, que concede a Alide Maria Brígido, pensão mensal, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.º 2772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 345/89, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n.º 87/89, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N.º 2741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da data de 04 de dezembro, segunda-feira próxima, o Projeto de Resolução n.º 69/89, que objetiva autorizar a realização de plebiscito objetivando a transferência de território do Município de Imbituva para o de Irati.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N.º 2769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 84/88, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.º 2771

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia por 10 sessões do Projeto de Lei n.º 284/89, que retifica a Lei 9008/89 e dá outras providências. (Criação de Santa Tereza do Oeste).

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e
DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N.º 2746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo fa-

Curitiba, quinta, em 30.11.89

lecimento do Senhor Casemiro Bueno de Camargo, ocorrido no dia 24 de novembro do corrente, em Jardim Alegre.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à esposa do falecido, através correspondência a ser encaminhada para o seguinte endereço:

- Sra. Nair Mendes da Costa

A/C Prefeitura Municipal de Jardim Alegre

Praça M.L. Félix, 800

86.860 - Jardim Alegre - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.º 2747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem WILMAR PERAZOLI, ocorrido em Manoel Ribas no dia 26 de novembro do corrente.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao pai do falecido, através correspondência a ser encaminhada ao seguinte endereço:

- Senhor Hilário Perazoli

A/C Prefeitura Municipal de Manoel Ribas.

Av. Brasil, 1101

85.260 - MANOEL RIBAS - PR

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.º 2767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. CÉSAR ROCHA MILLEO, Clínico Geral, ocorrido em data de 27 de novembro em curso, na Cidade de Ponta Grossa.

O extinto era casado com Dona Josefina Ribas Milléo e deixa os seguintes filhos: César Ribas Milléo, casado com Dona Indiana, e Marcos Ribas Milléo, casado com Dona Karina, bem como dois netos.

Pertencente a tradicional família de Pirai do Sul, onde nasceu a 09 de janeiro de 1924, o Dr. Cesar Rocha Milleo residia atualmente em Ponta Grossa, cidade na qual exercia sua nobre profissão como médico, na especialidade de Clínico Geral, onde gozava do mais alto conceito, tanto como renomado profissional, como também pela admirável pessoa humana que era, pai exemplar e esposo dedicado que, com sabedoria nos deu ao longo desses anos um exemplo de vida e de esperança.

Da decisão do Plenário, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no

seguinte endereço: Rua Nestor Guimarães, n. 46 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) DJAIMA DE ALMEIDA CÉSAR

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 072/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na barra do rio Canoas, por este rio acima até a estrada que liga Dois Vizinhos à Boa Esperança do Iguaçu e pela mesma até encontrar o rio Jacarezinho e por este baixo até o rio Chopim e por este ainda abaixo até a sua barra do rio Iguaçu e pelo rio Iguaçu até a barra do rio Canoas ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei n° 5.635, de 13 de setembro de 1967, publicada no Diário Oficial n° 160, de 14 de setembro de 1967, é plenamente auto-suficiente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 073/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Jaracatiá, sobe por este até alcançar a foz do rio Bandeira, pelo qual sobre até sua cabeceira donde em reta alcança o divisor das águas dos rios Chopim e Jaracatiá, seguindo pelo referido divisor em sentido sul até a cabeceira do primeiro afluente à margem esquerda do rio Dois Vizinhos, descendo por este até sua foz no rio Dois Vizinhos."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é

bem-vinda, já que tornou-se evidente o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei n° 5.259, de 13 de janeiro de 1966, publicada no Diário Oficial n° 255, de 15 de janeiro de 1966, é plenamente auto-suficiente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 356/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza o Poder Público, através do órgão competente, a promover a instalação de unidades de saúde às margens das rodovias estaduais.

Parágrafo Único - A instalação a que se refere este artigo dar-se-á mediante estudos de centralização das referidas unidades, em regiões de maior movimento e necessidade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo fundamental a prestação de atendimentos básicos de saúde, emergenciais ou não, às margens das rodovias estaduais, àquelas pessoas residentes na área da circunscrição ou transeuntes que porventura venham a necessitar de tal benefício.

A prestação dos serviços primários em unidades de atendimento centralizadas por regiões de maior concentração, movimento e necessidade, contribuiria sensivelmente para a elevação no nível de segurança e qualidade de vida, principalmente dos nossos motoristas que na rotina do dia-a-dia transportam o progresso do nosso Estado.

O projeto em tela visa traçar um paralelo entre o homem e a máquina, haja vista que para dar atendimento e manutenção aos carros, diversos postos de gasolina são instalados às margens das rodovias, e para tanto solicitamos empenho por parte do governo estadual, no sentido de se valorizar a vida humana, prestando-lhe esta assistência ímpar e louvável sobre todos os aspectos.

Ciente da sensibilidade dos nobres pares desta Augusta Casa de Leis, face a uma matéria relevante e desta natureza, espero poder contar com o apoio para aprovação desta proposta, ora submetida à apreciação.

PROJETO DE LEI N° 357/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Poder Público a promover a instalação de uma banda instrumental de sopro e percussão em cada Unidade de Destacamento Policial do Estado, sediada nos municípios.

Parágrafo Único - Dada a inexistência de um membro instrutor para coordenar as atividades musicais das referidas unidades, competirá ao Estado a sua imediata designação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva resgatar e levar de novo às praças e logradouros públicos, o espírito de cidadania e patriotismo, avivados com o toque sutil e emocionado de nossos hinos e canções, os quais poderão animar eventos históricos-comemorativos a serem promovidos ou celebrados por entidades representativas ou autoridades constituídas dos municípios do Estado.

Além da finalidade principal de dar atendimento aos membros efetivos sediados na corporação à qual se destina, prestando-lhes inclusive, relevantes serviços no tocante ao aprimoramento e cadenciamento da marcha; fator este que eleva consideravelmente o nível de um desfile cívico-militar, proporcionando uma visão do perfeito entrosamento entre seus participantes, a instalação de uma banda instrumental de sopro e percussão em cada destacamento policial, acrescentaria por extensão, um maior brilhantismo às festividades civis que venham a dar-se na sua área de abrangência, estendendo sobremaneira desta forma, a função social e insubstituível da nossa histórica corporação militar.

PROJETO DE LEI Nº 358/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão-COMCAM."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, foi fundada no dia 26 de fevereiro de 1986 e desde a sua instalação, vem desempenhando um trabalho sem precedentes em sua área de atuação.

Órgão de coordenação, planejamento e integração dos municípios situados na região de Campo Mourão, entre os quais incluem-se: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Mamborê, Mariluz, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa, Ubatã e Luiziana; compete a esta instituição a elaboração e planejamento das execuções de obras que atendam aos interesses sócio-econômicos da região, especialmente ligados à agricultura, educação, assistência social, habitação e transporte, bem como reivindicar soluções junto aos órgãos competentes.

Longe de ser apenas mais uma corporação cartorial, compete a ela propor medidas comuns de defesa do erário municipal, que impeçam a evasão de rendas e assegurem a participação justa dos municípios associados, na arrecadação dos tributos estaduais e federais.

Cabe ainda a esta dought entidade, o impedimento de distinções de caráter político-partidário entre os municípios associados, bem como promover por todos os meios o desenvolvimento da região, criando e divulgando vantagens para a sua industrialização, com o aproveitamento dos recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra disponíveis.

O estímulo e intercâmbio técnico-administrativo, cultural e esportivo entre os municípios também faz parte das atividades de sua competência, bem como a proposição de convênios para a solução de problemas sócio-econômicos comuns.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres pares desta Augusta Casa de Leis, o apoio incondicional para a aprovação do referido projeto.

PROJETO DE LEI Nº 359/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Estrada com 56 Km, que liga o Município de Antônio Olinto a Rio Negro, passando parte da rodovia pelo Município da Lapa;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A rodovia ligando Antônio Olinto a Rio Negro, passando 10 km pelo Município da Lapa, tem uma extensão total de 56 km. Nenhum dos três Municípios, Antônio Olinto,

Lapa ou mesmo Rio Negro têm condições de dar atendimento adequado para a conservação condizente para o escoamento da produção.

A Rodovia ligando os Municípios de Antônio Olinto, Lapa e Rio Negro, passando para a conservação do Estado, terá efeitos decisivos no desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada.

As ligações rodoviárias que unem as regiões produtoras devem ser prioritárias para facilitar o escoamento da produção e fazer circular as riquezas, têm que estar capacitadas para responderem à altura o progresso decorrente do atual ritmo de desenvolvimento.

As tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, têm suas raízes naquela região, com seu crescimento vigoroso, e administrado por homens de maior responsabilidade político-social, consolidando-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvimentista daquela importante região.

A importância incontestável do Estado na conservação dessa rodovia, é fundamental, pois, nenhuma das prefeituras têm condições de conservar seu trecho.

PROJETO DE LEI N° 360/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o INSTITUTO GAIA DO BRASIL ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E AÇÃO AMBIENTAL, com sede na travessa Nestor de Castro n° 247, cj. 05, Bairro Centro e foro no Município de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Gaia do Brasil Estudos, Documentação e Ação Ambiental, congrega associados no Brasil e no exterior para fins de estudo, promoção, defesa e preservação do meio ambiente, bem como, levantamento de dados, pesquisas e implantação de projeto.

O referido Instituto tem contribuído incansavelmente com ações referente ao meio ambiente. Reconhecê-lo como de Utilidade Pública, implica intrinsecamente, em reconhecer o meio ambiente e a natureza como útil para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissada com seus deveres.

Inúmeras são as participações do

Instituto Gaia do Brasil, em projetos, congressos, simpósios e até mesmo em nossa Constituição Estadual e Lei Orgânica do município de Curitiba.

Muitos trabalhos relevantes já foram executados, e outros em fase de execução e a executar na área do ambientalismo.

Diante do exposto, temos certeza que os pares desta Casa, homens cientes da organização de entidades para a defesa do meio ambiente, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 361/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Boa Esperança do Iguaçu, desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Jaracatiá, sobe por este até alcançar a foz do rio Bandeira, pelo qual sobe até sua cabeceira donde em linha reta alcança o divisor das águas dos rios Chopim e Jaracatiá, seguindo pelo referido divisor em sentido sul até a cabeceira do primeiro afluente à margem esquerda o rio Dois Vizinhos, descendo por este até sua foz no rio Dois Vizinhos".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1° da Constituição Federal, além de reafirmar o que já estava inscrito no Preâmbulo - a condição de ser o Brasil um Estado Democrático de Direito, baseado nos fundamentos que expressa em seus incisos, considera os Municípios como membros da federação, o que não ocorria no diploma anterior.

Essa efetiva mudança vem a confirmar a importância dos Municípios na nova Carta, afirmando a necessidade de que mais Municípios possam participar como membro da Federação contribuindo para o progresso do interior do Brasil.

Além disso, com a reforma tributária instituída na Constituição atual, levará a médio prazo, maior autonomia aos Municípios.

O Estado do Rio Grande do Sul, criou 88 municípios a partir de 1987, não acarretando danos nas parcelas de ICMS do Município-Mãe, vale como exemplo os seguintes distritos emancipados.

Novo Município	População	Coefficiente	Município Mãe	População	Coefficiente	População	Coefficiente
				88	88	89	89
André da Rocha	1.425	0,6	Lagoa Vermelha	27.715	1,4	24.634	1,4
Arroio do Sal	1.908	0,6	Torres	42.974	1,8	38.226	1,8
Fagundes Varela	3.375	0,6	Veranópolis	16.498	1,0	11.028	0,8
Poço das Antas	1.516	0,6	Salvador do Sul	13.868	1,0	4.122	0,6
Guabiju	2.767	0,6					
Protásio Alves	2.579	0,6					
São Jorge	2.841	0,6	Nova Prata	21.738	1,2	11.276	0,8
Vista Alegre do Prata	1.871	0,6					

Através da Comissão de Estudos Municipais, órgão técnico da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, foi elaborado um estudo sintético e objetivo sobre as potencialidades e os recursos de que cada novo Município irá dispor para manter em funcionamento sua máquina administrativa, chegando a conclusão de que as emancipações não prejudicam os Municípios-mãe, conforme o demonstrado acima.

No Paraná, 84 municípios possuem menos de 5 mil eleitores e 96 municípios tem menos de 10 mil habitantes, Municípios esses, que contribuem de forma expressiva para o progresso do Estado.

Diante dos fatos relatados anteriormente, verificamos que nada obsta a criação de mais municípios no Paraná e requerendo a sua emancipação buscam o direito e justiça para a obtenção de sua independência financeira, sua autonomia administrativa e sua liberdade de conduzir seus próprios destinos. O Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, possui toda a infra-estrutura urbana necessária para que seja emancipado e tornar-se mais próspero, haja vista já contar com rede de energia elétrica, telefônica e hídrica, conta ainda com rede de ensino da 1.^a a 8.^a séries.

Finalizando, boa Esperança do Iguaçu, conta com excelente produção agrícola, contribuindo para que o Paraná continue na posição de celeiro do Brasil.

PROJETO DE LEI N° 362/89
A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado o Município de Cruzeiro do Iguaçu, desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na barra do Rio Canoas, por este rio acima até a estrada que liga Dois Vizinhos à Boa Esperança do Iguaçu e pela mesma até encontrar o rio Jaracatiá e por este abaixo até o rio Chopim e por este ainda abaixo até a sua barra do rio Iguaçu e pelo rio Iguaçu até a barra do rio Canoas ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal em vigor, no seu artigo 1º, considera os Municípios como membros da Federação, o que não ocorria no diploma anterior. Essa mudança na nova Carta, afirma a importância que os Municípios passam a ter, participando diretamente para o fortalecimento do interior do Brasil.

Vale ressaltar que com a reforma tributária instituída na Constituição atual, levará a médio prazo, maior autonomia aos Municípios. O Estado do Rio Grande do Sul, criou 88 municípios a partir de 1987, não acarretando danos nas parcelas de ICMS do Município-Mãe, vale como exemplo os se-

Novo Muni- cípio	População	Coeficiente	Município Mãe	População 88	Coeficiente 88	População 89	Coeficiente 89
André da Rocha	1.425	0,6	Lagoa Vermelha	27.715	1,4	24.634	1,4
Arroio do Sal	1.908	0,6	Torres	42.974	1,8	38.226	1,8
Fagundes Varela	3.375	0,6	Veranópolis	16.498	1,0	11.028	0,8
Poço das Antas	1.516	0,6	Salvador do Sul	13.868	1,0	4.122	0,6
Guabiju	2.767	0,6					
Protásio Alves	2.579	0,6					
São Jorge	2.841	0,6	Nova Prata	21.738	1,2	11.276	0,8
Vista Alegre do Prata	1.871	0,6					

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, através da Comissão de Estudos Municipais, elaborou estudo, sintético e objetivo sobre as potencialidades e os recursos de cada novo Município irá dispor para manter em funcionamento sua máquina administrativa, chegando a conclusão de que as emancipações não prejudicam os Municípios-mãe, conforme o demonstrado acima.

No Paraná, 84 municípios possuem menos de 5 mil eleitores e 96 municípios têm menos de 10 mil habitantes, Municípios esses, que contribuem de forma expressiva para o progresso do Estado.

Diante dos fatos relatados anteriormente, verificamos que nada obsta a criação de mais municípios no Paraná e reque-rendo a sua emancipação buscam o direito e justiça para a obtenção de sua independên-cia financeira, sua autonomia administra-tiva e sua liberdade de conduzir seus pró-prios destinos.

O pedido de emancipação do Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, faz-se necessária, ha-ja vista possuir toda a infra-estrutura básica, contando com rede de energia elé-trica, telefônica e hídrica.

Conta ainda com rede de ensino de 1.^a a 8.^a séries, comércio próspero contri-buindo de forma expressiva na produção agrícola, na avicultura, na suinocultura, etc., do sudoeste e de todo o Paraná.

Como afirmamos anteriormente, a liber-

dade é critério básico para a condução do destino de uma comunidade, assim como é básica para o cidadão.

A SRA. VERA AGIBERT - (Pela Ordem) Solici-to verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Or-dem) Senhor Presidente, considerando que nós temos aqui vários projetos na Or-dem do Dia, em redação final, que se con-cede um abono de 420 cruzados para os fun-cionários públicos; que já está aqui na Assembléia, já foi aprovado, já teve emen-da substitutiva; primeiro era trezentos, depois foi para quatrocentos e vinte e to-dos nós sabemos que isso é matéria de po-lítica salarial do Governo, não aquilo que satisfaça a nós e muito menos ao funciona-lismo. Requeiro chamada nominal para veri-ficarmos a presença aqui dos Deputados e darmos prosseguimento à sessão.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência defere o pedido de Vossa Excelência e solicita ao 1.^o Secretá-rio que faça a chamada nominal.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) 21 Senhores Deputados responderam a cha-mada; há quórum, para aprovação da Ata. O

Senhor 1º Secretário lerá o expediente que se encontro sobre a Mesa e declaro aprovada a Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Lê o Expediente:

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência o Senhor 2º Vice-Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Dois assuntos nos trazem à Tribuna na tarde de hoje. O primeiro deles é para destacar que ontem foi um dia histórico para o Paraná e esta Casa de Leis. Aproximadamente um milhão e trezentos mil paranaense, segundos dados oficiais, entre estudantes, pais de alunos, professores e funcionários, votaram para eleger os novos diretores das escolas da rede oficial. Esta Casa tem participação nesse processo, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, com o crescente desgaste da classe política perante a opinião pública quero ressaltar que foi este Parlamento, esta Casa de Leis que aprovou a Lei nº 7961/84, sepultando definitivamente a velha estrutura oligárquica educacional ou seja o comando político que era fruto do antigo regime militar.

O Parlamento resgatou com isso uma de suas mais nobres funções que é a de formular teses para mudar estruturas atrasadas.

E isto Senhores Deputados, cabe realmente a nós deixarmos registrado, porque os Parlamentares acompanhando à época, a iniciativa do Deputado Rubens Bueno, tiveram a inteligência, a sabedoria de naquele momento votar esta Lei que hoje é sem sombra de dúvida um exemplo para o País e uma experiência bastante significativa para todos nós, pais de alunos, alunos, professores, enfim todos nós que de uma forma ou de outra estamos envolvidos no processo educacional. A democracia na escola que este Parlamento aprovou resgata o princípio embaixador da área educacional, ou seja, a justiça social. Resgata a credibilidade da escola pública, redefine a sua função social e a política, enfim, abre o debate público para que a população saiba o que a escola quer e para quem servir, pois o sistema educacional nestes tempos de democracia que vive o nosso País deve se caracterizar como um espaço de vivência dos valores democráticos e corresponder aos anseios das grandes camadas marginalizadas da população, assegurando-lhes inclusive o ensino crítico que lhes possibilite a superação dos problemas sociais dentro de uma sociedade democrática. De-

mocracia na escola significa que as dificuldades financeiras não devem, portanto, afastar dessa mesma escola os seus reais objetivos e nem argumento para deixar de praticar em relação às suas estruturas de poder os princípios de democracia.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Casa está hoje mais valorizada porque resgata exatamente os princípios anteriormente por nós expostos.

Democracia na escola, antes de mais nada significa prioridade efetiva para o ensino de 1º e 2º graus, a universalização do acesso e a permanência da criança de 7 a 14 anos na escola pública e gratuita, canalização de recursos financeiros para a educação em geral; valorização do magistério através da reciclagem, carreira, plano de salários, etc., implantação de uma proposta pedagógica para explorar o saber do aluno em direção aos conhecimentos que não tem.

Portanto, mais uma vez, Senhor Presidente Senhores Deputados, queremos registrar com muita satisfação e muito orgulho, o fato de, no dia de ontem, em todo o Estado do Paraná ter havido as eleições para diretores de escolas; não só no Paraná este fato deveria acontecer, mas em todo o Brasil.

Mas, foi aqui no Paraná que ele começou, foi aqui nesta Casa de Leis que se aprovou este instrumento permitindo que pais, alunos, servidores, enfim, todos aqueles envolvidos no processo educacional, de participarem efetivamente deste processo que é efetivamente um processo democrático, um processo que todos nós devemos nos orgulhar dele.

Aproveito também a oportunidade para cumprimentar a diretoria da UPES, que deu o seu apoio, que vem trabalhando no sentido de divulgar este trabalho, divulgar enfim as eleições escolares.

A UPES cumpre com o seu papel, no nosso entendimento, porque sendo ela uma entidade representativa dos estudantes secundaristas, ela tem também que participar desses processos, desses movimentos, porque não cabe apenas aos homens públicos, aos governantes a tarefa de implementar a democracia neste País: cabe sim a todos nós e a UPES cumpre com o seu papel, e queremos aqui registrar os nossos agradecimentos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados, e sobre o Projeto n. 185, falaremos no encaminhamento da votação, quando ele for submetido à apreciação dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Com a palavra, dentro do Pequeno Expediente, o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago a esta sessão um documento de 04 de setembro deste ano, portanto, há quase três meses, assinado por Luiz Antônio Botin, Presidente do Conselho da Comunidade de Francisco Beltrão, e por Célio Boneti, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança, que encaminhou a este Deputado um ofício pedindo providências para problemas sérios que ocorrem na questão da segurança, no município de Francisco Beltrão.

Mais especificamente o documento diz o seguinte: (Lê):

"Francisco Beltrão, 04.11.89.

Senhor Deputado.

Os Conselhos abaixo nominados e representados pelos seus presidentes, vêm a vossa presença solicitar seu apoio e trabalho junto aos órgãos governamentais estaduais competentes, para que sejam solucionados da melhor maneira e com maior brevidade, os problemas abaixo levantados, que afetam os serviços dos órgãos de segurança pública de Francisco Beltrão.

Os serviços da Polícia Civil desenvolvidos pela 19.^a Subdivisão Policial, apesar dos esforços, apresenta ainda muita deficiência, mas levantamos apenas aqueles problemas que requerem solução imediata:

- o serviço de guarda de carceragem é feito por apenas um policial. Urgente a contratação de mais um.

- A alimentação dos presos lotados na cadeia pública local é de total carência, pois as coletas de alimentos junto ao comércio local, vem diminuindo diariamente, chegando à beira do colapso. Esta prática já comum há muitos anos é em virtude do baixíssimo valor que é repassado para o pagamento da alimentação, chegando hoje ao valor ridículo de NCz\$ 1,20 por pessoa/dia, e com atraso de repasse de, em média, 45 dias. É urgente que o valor seja aumentado no mínimo 15 vezes e repassado no mês.

- A cota de combustível e recursos para manutenção de veículos não atende nem 20% das necessidades. Necessário se faz que seja no mínimo triplicado.

Os serviços da Polícia Militar, que também sofreu melhoras e faz um trabalho reconhecido, muitas dificuldades são enfrentadas, principalmente pela má acomodação dos atuais alojamentos que utiliza a Segunda Companhia, sendo necessária urgência na conclusão das obras da nova sede, que está paralisada há aproximadamente 10 meses.

Certos de poder contar com o seu apoio, em nome das entidades representadas nos Conselhos, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

(aa) LUIZ ANTÔNIO BOTIN

Pres. Conselho da Comunidade

CÉLIO WESSLER BONETI

Pres. do Cons. Comunitário de Segurança".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na ocasião, tive oportunidade de encaminhar ofício ao Sr. Secretário Rubens Bueno, Secretário do Trabalho e Ação Social, e também ao Secretário de Estado da Segurança, Sr. Antônio Lopes de Noronha. Devo dizer que este Parlamentar não recebeu, por parte dessas Secretarias, nenhuma atenção, nenhuma resposta. E pior que isso, a cidade de Francisco Beltrão passa por dificuldades nesta questão da Polícia Civil, da Polícia Militar e na questão também da carceragem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação é tão caótica que a alimentação para os presos é feita através de coleta de alimentos junto ao comércio.

Portanto, uma situação caótica, que nós pedimos providências, através desta Casa, aos Secretários do Trabalho, da Justiça e Ação Social e ao Sr. Secretário Antônio Lopes de Noronha, para que dêem atenção a essas solicitações encaminhadas pelos Srs. Deputados, e neste caso, encaminhada por este Deputado, para que aja atendimento a essas necessidades de Francisco Beltrão.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente a rápida exposição do companheiro, Deputado Haroldo. A aflição dele, no que diz respeito à carceragem, chama-se o pré de preso. É a verba, naturalmente, encaminhada para que o Delegado possa assistir e dar o atendimento necessário àqueles companheiros. Se der tempo, depois, gostaria de discutir bem este assunto.

Mas, vim à tribuna para fazer uma observação sobre a Medida Provisória que o Presidente da República baixou, segunda-feira, ao Congresso Nacional, no sentido de estabelecer a prisão cautelar, isto é a prisão temporária, prisão que, segundo todo o sistema de segurança pública, em especial da Polícia Judiciária - a Polícia Civil -, aquela que efetua a prisão, estava totalmente prejudicada, tendo em vista que a Constituição não lhe dava mais esse direito, no que diz respeito à preservação dos valores, dos direitos humanos.

Segundo a Constituição, a prisão só pode ser feita em flagrante delito, através de medidas judiciais, expedidas pela

autoridade competente. Agora, graças a Deus, estou mais tranqüilo, porque nesses "brasis" a violência, naturalmente, tende a diminuir, porque esta medida vai atenuar até a lentidão da Justiça e intimidar o marginal a ficar à vontade como ele vinha ficando, em que pese ainda estarmos vivendo alguns assaltos isolados no Brasil, no Paraná e em Curitiba.

Mas, quero parabenizar o Ministro Saulo Ramos, que disse já nos seus primeiros dias, quando assumiu o Ministério, que iria tomar algumas providências no sentido de encaminhar um expediente ao Congresso para alterar toda a legislação penal no que diz respeito a certos benefícios que a Lei Fleury, na sua existência, vinha beneficiando certos marginais. Acaba por inteiro com a Lei Fleury, os benefícios que esses marginais usavam, passam a ser prejudicados.

Isto para nós é fantástico. A sociedade está de parabéns e com ela toda a autoridade policial que poderá, daqui para frente, dar cumprimento fiel a toda sorte de violência que grassa nesta sociedade brasileira.

Naturalmente precisa tomar algumas providências no que diz respeito à Lei de Execuções Penais, aquela lei ainda que beneficia o preso, que quando recolhido à prisão, depois de sentenciado, beneficia-se de dois terços e um terço da pena e pode, em liberdade vigiada na Colônia Penal aqui no Paraná, na prisão de Piraquara cumprir a sua pena. Veja o que acontece, não tem mecanismo, estrutura de acompanhamento, de fiscalização, o homem acaba por fugir e vem desenvolver toda sorte de atrocidade, de violência.

Porquanto os crimes hediondos, tais quais a violência sexual através do estupro, o seqüestro seguido de morte, o latrocínio, até mesmo o crime do colarinho branco que já se está colocando em evidência, serão doravante chamados à responsabilidade, posto em execução.

E, desta tribuna, por diversas vezes pedi, e na oportunidade em que o companheiro Rogério promoveu nesta Casa, junto com todos nós um Seminário de Segurança Pública onde tivemos autoridades do mais alto gabarito, tal qual o companheiro Tuma, da Polícia Federal, nós, na oportunidade, mostrávamos a nossa preocupação neste sentido, isso porque todos, inclusive este e outros tantos oradores que fizeram uso da palavra nesse Seminário, mostravam-se preocupados com a necessidade de rever a Legislação Penal.

Não adiantava tomar medidas em termos de Governo do Estado, se a legislação penal continuava a facultar todos esses benefícios, razão pela qual eu estou contente e satisfeito.

Eu queria dizer alguma coisa a respeito do que assisti na televisão, quer me parecer anteontem, o nosso Corregedor Juiz Deliberador de Londrina preocupado com os problemas da cadeia pública do Paraná.

Então há necessidade, indiscutivelmente, de acelerar para salvaguardar o que está por acontecer e no que diz respeito à falta de homens nas Polícias Civil e na Militar para dar guarda, segurança interna e externa, isso já vem de há muito tempo.

Está aí o Deputado Haroldo preocupado, naturalmente quando prende o preso, e tem que fazer uma "vaquinha" no comércio local para dar de comer e onde não se tem funcionários suficientes para manter a guarda desses presos e tem-se muitas vezes se utilizado dos próprios presos. Isso é um absurdo. Isto requer um tempo necessário para que, desta tribuna, possamos fazer uma análise e uma avaliação do caso.

No momento, é chamarmos a atenção para a realidade da situação.

No que diz respeito à rebelião de presos ocorrida lá em Piraquara, também a situação não é nada tranqüilizante, é altamente preocupante.

Continuam em greve aqueles companheiros, está a Polícia Militar ao arrepio da lei fazendo uma segurança interna quando não lhe diz respeito.

Isso significa que são mais homens deslocados da atividade, de um efetivo, de um policiamento já fraco por falta de recursos humanos.

Então, chamamos à atenção, à sensibilidade do Governo neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Voltamos a esta tribuna para externar o nosso agradecimento aos nobres companheiros, nobres Parlamentares que nos apoiaram e prestigiaram no Encontro na UPI na Capital de Santa Catarina, Florianópolis, no dia 28, terça-feira passada, convocada pelo Sr. Presidente daquela seccional, Deputado Juarez Furtado. Estiveram presentes os Parlamentares Estaduais do Paraná, do Rio Grande do Sul e daquele Estado, preocupados com o destino do principal estabelecimento de fomento regional, o BRDE. (Lê):

"O objetivo primeiro da reunião, foi discutir a forma de sustar a liquidação extra-judicial desse Banco e transformá-lo em Banco Regional Federal de Desenvolvimento, nos moldes do que reza a própria Constituição Federal.

A força do movimento ficou evidenciada na presença significativa dos parlamentares dos três Estados do Sul, inclusive com o prestigiamento de Deputados Federais.

Representando a Assembléia Legislativa do Paraná, fizeram-se presentes os Deputados: Ezequias Losso, Gernote Kirinus, David Cheriegate, Algaci Túlio e este que vos fala.

Quero registrar ainda a presença, nesse Encontro de Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, bem como representantes de outros segmentos da sociedade, todos unidos no mesmo objetivo.

Queremos salientar ainda, a importância do BRDE como organismo fundamental para o progresso econômico e social da Região Sul, bem como enfatizar a necessidade do imediato levantamento da liquidação extra-judicial, que está se constituindo no maior empecilho da volta do banco às suas operações normais. Assim procedendo, susta-se também a série de prejuízos que os três Estados do Sul vêm acumulando, uma vez que, só no ano de 1989, o BRDE deixou de investir mais de 500 milhões de dólares.

E qual a solução para o BRDE?

Após a sustação da liquidação extra-judicial pelo Banco Central, foi discutida e proposta a federalização do BRDE. Enquanto isso não efetive, juridicamente, o BRDE será gerido por uma administração compartilhada.

É necessário não esquecer que esta luta está apenas começando, sendo, portanto, imprescindível a vigilância de todos nós Parlamentares junto ao Poder Executivo, uma vez que a este cabe também uma significativa responsabilidade na solução do problema.

Conclamo, portanto, todos os nobres Pares desta Casa, independente de sua cor partidária, a participarem desta cruzada, a começar no dia 7 de dezembro, com um ato público nesta Casa, quando se comemorará nove meses em que teve a intervenção do Banco Central ao BRDE."

Vamos recuperar o prestígio e o respeito que o Poder Legislativo bem merece, resgatando a unidade de ação entre os Poderes do Estado, unidade esta que nem sempre se constitui numa preocupação de alguns setores governamentais.

Gostaria de solicitar à Mesa que divulgasse a nominata, em tempo oportuno, dos Parlamentares que comporão uma Comissão suprapartidária para tratar deste assunto a nível de Governo Federal e mesmo nas instâncias da UPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A Mesa informa que tomará as providências que V.Exa. acaba de solicitar.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Sabino Campos.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vários assuntos já levantados por companheiros que me antecederam na tribuna, e em especial na área da segurança, nós queremos lamentar profundamente a situação em que se encontra o Estado do Paraná neste setor.

Um verdadeiro caos encontra-se a nossa segurança pública no Estado do Paraná. A Polícia Civil permanece em greve e os Institutos de Criminalística e Médico Legal também pararam a partir de ontem, e nós temos visto, nestas últimas horas, crimes acontecendo, mortes em acidentes de trânsito, e os corpos ficando nas ruas, no asfalto por mais de uma ou quase duas horas esperando uma viatura, e tiveram até que emprestar o camburão do Instituto Médico Legal de Paranaguá para vir prestar serviço em Curitiba. É na verdade o "fim da picada" a situação em que se encontra a nossa segurança pública no Estado do Paraná.

Além disso, um fato lamentável que aconteceu ontem à tarde em Piraí do Sul: um assalto a uma agência da Caixa Econômica, onde um gerente e uma estagiária foram apanhados como reféns, e a moça de apenas 22 anos de idade acabou sendo assassinada pela arma de um dos bandidos.

Este é o retrato da situação do Estado do Paraná, talvez por uma teimosia do Governo do Estado que acaba atendendo às reivindicações de algumas categorias e não atende a reivindicação da Polícia Civil.

Nós esperamos que na tarde de hoje possa haver uma conscientização, a sensibilidade de S.Exa. o Governador do Estado no sentido de que possa a Polícia Civil voltar ao trabalho.

É inadmissível e a televisão mostrou isso no domingo à noite: em Centenário do Sul, apenas como um exemplo porque isso reflete o todo neste Paraná: preso cuidando de preso.

Dá para admitir isso, companheiros? Preso saindo com a viatura da Polícia Civil à cata de alimentação para os demais presos, e preso cuidando de preso em delegacias superlotadas.

Esta é a situação que nós estamos vivendo no Estado do Paraná.

Além disso, no seio da Polícia Militar um descontentamento muito grande, principalmente entre os soldados que estão vendo também os seus salários completamente defasados, e a qualquer momento poderemos ter aí um grande contingente da Polícia Militar afastando-se em busca de outros caminhos, ou quem sabe, voltando para as

suas terras de origem, trabalhando como lavrador do que permanecer aqui na Capital trabalhando como policial militar.

Esta é a situação, minha gente. Nós ficaríamos aqui a tarde inteira falando sobre a segurança pública. E neste sentido, ontem, o último prazo para entrega de emendas para o Orçamento do Estado, dei entrada em várias emendas exatamente em cima da área de segurança, acrescentando recursos ao FUNRESPOL para reequipamento da Polícia, especialmente para construção de prédios, de delegacias que estão caindo aos pedaços, recursos para a Defesa Civil do Estado do Paraná, reequipamento da Polícia Militar em vários municípios do Estado, adequar o Corpo de Bombeiros da Capital à demanda de ocorrências visando melhorar o serviço prestado à comunidade com salvamentos e outras ações com eficiência e eficácia. Quem não sabe, Londrina - sem nenhum demérito ao povo de Londrina, muito pelo contrário - é uma cidade melhor equipada em termos de Corpo de Bombeiros que a Capital do Estado do Paraná. Emenda também para recursos, para compra de viaturas, recursos para reequipamento do Corpo de Bombeiros em todo o Estado do Paraná, compra de microcomputadores, equipamento à Polícia Militar para desenvolver um trabalho mais eficiente também, e outras emendas que nós apresentamos aqui com relação à área de segurança, que espero a compreensão dos Senhores Parlamentares a fim de que possamos realmente melhorar a situação da nossa Polícia, tanto a nível de Polícia Civil, quanto a nível de Polícia Militar. E o próprio Deputado Paul Lopes lembrou aqui, há poucos instantes, do Fórum realizado nesta Casa, promovido pelo companheiro José Rogério Carvalho, onde todos foram unânimes em dizer aquilo que eu, que o Deputado Alborghetti já dizemos há mais de vinte anos: que o sistema penitenciário está falido, que a Polícia Civil, que a Polícia Militar, que a segurança no seu todo, está carente de equipamentos, carentes de pessoal para poder atender a demanda, o crescimento deste Estado do Paraná. E de vinte anos para cá, pouco ou quase nada, se fez nesta área. De vez em quando dez, quinze, vinte, cinquenta viaturas expostas em frente ao Palácio do Governo, que são entregues na área, mas que depois são recolhidas novamente, porque falta equipamento, falta rádio, falta não sei o quê... e depois não vai à cidade de origem. Ficam nas revendedoras, estacionadas. Em termos de "marketing" é muito bonito. Com viaturas no patio do Palácio do Governo. Passou aquela solenidade, as viaturas são levadas de volta às revendedoras, para a complementação de equipamentos. E aí sabe lá Deus quando vai chegar naquele distrito, naquela cidade, onde o

povo tanto reclama de segurança. Esta a situação, minha gente!

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - V.Exa. concede-me um aparte?
(Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, V.Exa. vem levantando a questão de segurança com muita seriedade neste Parlamento, desde que aqui cheguei. E a segurança não é levantada com esta seriedade por parte do Governo do Estado. Temos visto dezenas de fotografias de festas de entrega de veículos, de motocicletas, de equipamento para a Polícia, mas fica só na propaganda, fica só na entrega. Na verdade, nesses equipamentos sempre faltam aparelhos internos de comunicação. Na verdade, não existe equipamento humano. Até faltam recursos humanos para poder trafegar, usar esse equipamento, na totalidade. Vejam bem, existem rádios sem condições para fazer um bom trabalho para a segurança da população do Paraná.

No Sudoeste, principalmente na minha cidade, Pato Branco, a Delegacia de Polícia daquele Município sente falta de equipamentos. Carros que são aqui tirados em grande quantidade, centenas de carros distribuídos, para lá não chegaram; e se chegaram, estão separados, com falta de peças, de conserto, ou falta de combustível, muitas vezes falta até de pessoal para trabalhar com esses veículos. Especialmente agora a questão de veículos, o Conselho Comunitário do município de Pato Branco por conta própria recuperou um carro e colocou na mão da Polícia. Gastou vinte e um mil cruzados, dinheiro arrecadado com dificuldade, dos empresários que viram a Polícia sem condições para atender as chamadas. O Conselho prestou o serviço e colocou à disposição da Delegacia um carro recuperado pela própria comunidade.

Vejam, a comunidade, o Parlamentar, preocupando-se com seriedade com a Segurança, e o Governo não dando o mínimo de atenção para a questão.

Ouvimos agora há pouco o Deputado Haroldo Ferreira dizer que a comunidade foi buscar comida para dar aos presos. Isto é uma verdade. Quem cozinha para os presos são eles mesmos.

Não têm nem elementos para cozinhar para os presos que têm seus direitos à alimentação e sol, porque é só agora que vai haver sol em algumas delegacias e penitenciárias do Interior.

A questão da segurança no Paraná está abaixo da crítica. Estou de acordo com seu pronunciamento.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - E o caos chega ao ponto de vemos a Polícia Militar ter de tirar preso de combate ao crime da rua

para cuidar de presos dentro da penitenciária, que não é função da Polícia Militar. Sabe disto o companheiro Raul Lopes, que foi Comandante da Polícia Militar. Falava eu, Deputado Raul, com um oficial da Polícia Militar no final de semana e ele me dizia que só tinha quinze viaturas para cuidar da cidade de Curitiba. E isto em extensão ainda à Região Metropolitana. Sabe com quantas estamos trabalhando hoje? Com apenas oito, porque sete foram recolhidas para conserto, não tem pressa, não tem dinheiro e não sai o conserto e fica a população sem a viatura.

Esta é a grande realidade.

Concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado, Deputado. É justamente neste aspecto que eu queria avaliar. Dentro de algumas horas nós vamos analisar o orçamento do Governo.

E nós, naturalmente, também apresentamos uma série de emendas para a área da segurança, em especial para a área militar e em especial ainda, Deputado Algaci Túlio, naquilo que diz respeito à capital, verba de custeio e manutenção. Então, verbas de capital e de custeio. Porque realmente, a Polícia Militar e a Polícia Civil têm sido relativamente assistidas com determinadas viaturas, eu tenho observado.

Mas, nós não temos o capital suficiente para manutenção. Então, é quando se encontra a maioria de viaturas baixadas no serviço de manutenção, nos pátios dos respectivos batalhões. Porque o Governo não prevê no tempo necessário, no tempo hábil, no valor necessário, as verbas para manter estas viaturas. E aí ficam faltando peças, faltando até combustível. E não adianta se mandar as viaturas para o sistema de segurança se não prever um capital para a manutenção e o custeio dessas viaturas.

Então, é o que ocorre e o que vem acontecendo. De sorte que é lamentável tudo isto. E o companheiro está abordando com rara propriedade estes assuntos, que naturalmente a vida, a experiência que tem Vossa Excelência, por ocasião da militância, frente ao seu programa de rádio, no que diz respeito à área policial.

Eu, também, daqui a pouco vou me inscrever no Horário da nossa Liderança para dar continuidade a algumas observações.

Mas, muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Raul Lopes.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Na sequência, ao Deputado Haroldo Ferreira.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Algaci Túlio, este desabafo de Vossa

Excelência nesta tarde, realmente, vem em boa hora.

A situação está feia. Veja só, Deputado Algaci Túlio, semana passada, em Cascavel, seqüestraram e mataram um casal para roubar um Passat. Quando a gente entra, nesta Casa com requerimentos e projetos ... por exemplo, se tivesse um helicóptero na Delegacia Central de Cascavel para seguir pelo ar, a hora em que seqüestraram o casal. Mataram o casal e jogaram num mato, nas proximidades da fazenda de um vereador de Cascavel. E a Polícia de Cascavel nem viatura tem. É impressionante. Quer dizer, se fosse todo mundo por terra e o helicóptero por cima, teríamos solucionado. Mas, quando você entra com um projeto, aqui, é inconstitucional. Não dá para ter helicóptero. Mas, o Governador pode morar numa casa com piscina. Quer dizer, são coisas assim que vão perturbando a minha cabeça.

Em Pirai do Sul, conforme Vossa Excelência disse, mataram a funcionária da Caixa Econômica dentro do carro. Não tinha viaturas para perseguir os bandidos. Pouquíssimas viaturas.

E vou mais: em São Jerônimo da Serra, perto de Londrina, o senhor sabe quem cuida dos presos? Não tem polícia lá. Quem cuida dos presos é o próprio preso. Quer dizer, é brincadeira!

Na minha cidade, há três anos, o Senhor veja bem o que fizeram comigo, Deputado Algaci, fizeram uma festa em Londrina. Eu fui, à frente de três mil pessoas, eu e o Deputado Homero Oguido, assinamos o início das obras da cadeia pública de Londrina. Faz três anos. E eu não vi nenhuma cadeia pública em Londrina.

Ontem, assistindo ao programa "Bom Dia, Paraná", estava lá o Juiz Dr. Bison Jesus Deliberador, brigando com o Comandante da Polícia Militar. E o comandante brigando com o Dr. Osnildo. É brincadeira!

O IML da minha Cidade não funciona. A cadeia está caindo aos pedaços. Quer dizer, eu não sei o que é que vai acontecer. Agora vem a próxima campanha política, com todo o respeito que eu tenho a todos os candidatos, mas vão falar novamente da segurança novas promessas vão ser feitas e ninguém vai resolver nada.

Então, eu parablenho Vossa Excelência.

Vou votar com Vossa Excelência nas suas emendas que vão de encontro com a segurança da família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Alborghetti. Lembrou inclusive, o Juiz de Londrina, o Dr. Deliberador, que fez um apelo, também ao Governador, para que procure atender o mais rápido possível o problema da segurança em Londrina,

da cadeia pública que foi desativada para reparos e que até hoje não foi devolvida para ser ocupada por aqueles que são os elementos fora da lei.

Concedo aparte ao Deputado Haroldo Ferreira.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Nobre Deputado Algaci Túlio, parece que esta sessão foi até montada estrategicamente para falar sobre a questão da segurança no Estado do Paraná. Na verdade, não é nada disso. A situação está tão grave no Estado com relação à questão da segurança que de repente, sem haver uma combinação prévia, estão todos os Deputados, das várias Bancadas dos Partidos nesta Assembléia Legislativa trazendo aqui a ansiedade, a preocupação e a angústia até, com essa questão de segurança no Estado do Paraná.

A sua intervenção é muito oportuna em cima da questão orçamento. Mas, na verdade o que me deixa mais preocupado ainda nobre Deputado, eu acabei, no Pequeno Expediente, de falar sobre a questão da segurança em Francisco Beltrão, da questão da carceragem. Eu até gostaria de repetir que Vossa Excelência fizesse uma análise interpretativa junto conosco de que a alimentação dos presos lotados na cadeia pública de Francisco Beltrão é de total carência pois as coletas de alimentos junto ao comércio local vem diminuindo diariamente.

Ora a alimentação dos presos é feita através de benesses e de doações do comércio de Francisco Beltrão, chegando à beira do colapso. Esta prática, já há muitos anos, é em virtude do baixíssimo valor que é repassado para o pagamento da alimentação, chegando há dois meses atrás ao valor ridículo de NCz\$ 1,20 por pessoa/dia, ainda com repasse atrasado em média de 45 dias. Quer dizer, é uma situação caótica, dramática. E um documento assinado por duas pessoas que representam a comunidade de Francisco Beltrão; que estão junto aos conselhos comunitários de segurança gratuitamente dando a sua colaboração no trabalho para encaminhar e resolver essas questões.

Encaminharam um ofício no dia 04 de setembro para este Deputado que vos fala. No 06 de setembro eu encaminhei uma solicitação ao Deputado Rubens Bueno, Secretário do Trabalho e da Justiça e Ação Social e ao Secretário Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança.

O Deputado João Arruda que está nesta sessão e que é da nossa cidade, também recebeu este documento; também encaminhou da mesma forma que eu fiz e até hoje não recebemos nenhum condicionamento das autoridades que é lamentável o descaso com o encaminhamento das questões solicitadas por esta Assembléia por Deputados quando são

solicitados por sua região.

Quer dizer, nós temos hoje e, eu não costumo fazer esse tipo de observação porque acho que a população sabe avaliar, mas nós temos hoje, infelizmente no Governo, muitos secretários que são candidatos, que estão preocupados com suas candidaturas e não com os programas das suas Pastas e não com a preocupação do que está ocorrendo na sociedade, com esta segurança, com esta insatisfação e com esta angústia.

Então, acho que o Governador Alvaro Dias poderia na verdade, fazer com que os seus secretários se preocupassem mais com suas atuações à frente das Pastas por que são responsáveis e menos com campanha, menos com divulgação pessoal nos jornais, na rádio e na televisão.

Fica aqui um alerta e, eu gostaria que o Presidente desta Assembléia, através do seu pronunciamento e da nossa interferência e dos demais Deputados, fizesse chegar até à Secretaria de Segurança, até Sua Excelência o Governador para que desse uma resposta e para que desse um mínimo de atenção aos Senhores Deputados quando solicitarem questões levantadas na comunidade por pessoas envolvidas nos conselhos comunitários porque senão vamos também fechar e acabar com os conselhos. Porque não adianta o Estado, a Secretaria orientar, incentivar a formação de Conselhos e não lhe dar a mínima resposta e a mínima atenção quando da sua solicitação.

Eu agradeço o aparte nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Está cheio de razão o Deputado Haroldo Ferreira. E nós conhecemos bem isto. Se não é a população tirar da sua cesta básica do mês um pouco para dar para os presos, é incrível, nós alimentamos aqueles que nos roubam. É que as delegacias de polícia hoje viraram minipresídios porque não há mais espaço nas penitenciárias e elas hoje viraram depósito de presos. Presos e justiça.

E que a polícia é obrigada a cuidar; o delegado é obrigado a cuidar; o policial militar é obrigado a cuidar; o policial civil é obrigado a cuidar e se o preso fugir, ainda há um inquérito em cima do policial, quando é uma responsabilidade da justiça.

Mas, realmente disse bem o Deputado Haroldo Ferreira, foi uma questão de coincidência, porque também eu não esperava que o Deputado Pessuti fosse à tribuna falar e elogiar o dia de ontem, que foi um dia democrático nas eleições nas escolas, nas eleições de diretores.

E também não tinha eu intenção de vir aqui hoje falar de segurança, mas tudo acabou se encaixando coincidentemente. Mas, a minha principal vinda a esta tribuna hoje, não é para questionar a lei apro-

vada pela Assembléia, e nem o ato democrático realizado ontem por milhares de jovens e pais de alunos. Ontem, um milhão e trezentos mil estudantes, professores, funcionários e pais de alunos se envolveram na definição dos rumos de cada uma de suas escolas, respeitadas as características de cada comunidade.

E como não pode deixar de ser, resultam discussões das eleições nas escolas verdadeiramente novas, perfeitamente integradas às sociedades que as mantêm. À margem da questão das eleições nas escolas, o Deputado e hoje Secretário Rubens Bueno, singra a mídia eletrônica como o autor da lei que instituiu a prática.

Em recente entrevista o Secretário Rubens Bueno afirmou que a campanha de publicidade relacionada às eleições nas escolas, estaria sendo financiada e aqui eu chamo a atenção dos Senhores Parlamentares, financiada gentilmente pela UPES, União Paranaense de Estudantes Secundaristas. Deixando de lado o mérito da questão da eleição, para diretores, a qual também sou plenamente favorável, pelo caráter democrático que imprime às gestões dos estabelecimentos de ensino, como inclusive está sendo feito nas escolas municipais de Curitiba, será feito no próximo sábado, também quero discutir aqui, analisar e questionar com os Senhores Parlamentares, a campanha personalista que está sendo feita em cima das eleições para diretores de escolas do Estado do Paraná.

Eu quero manifestar Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha completa estranheza à falta de a UPES, União Paranaense de Estudantes Secundaristas estar financiando a campanha das eleições diretas das escolas, por alguns fatos que tenho conhecimento.

Recentemente um Diretor da UPES esteve no meu gabinete, nesta Casa, clamando por recursos para pagar as contas de água, de luz, e de telefone, que está inclusive cortado; e essa entidade está em processo de falência, se os senhores não sabem disso, ameaçando fechar as suas portas por falta de recursos.

E naquela oportunidade eu sugeri então ao Diretor da UPES, que nos trouxesse a devida documentação da Entidade, Estatutos, Relatórios de Atividades, Declaração de Utilidade Pública, Atas, Registros em Cartórios e principalmente a certidão de prestação de contas da entidade expedida pelo Tribunal de Contas do Estado referente a subvenções que recebia do Governo, deste atual e dos anteriores.

Até hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a documentação não nos foi enviada, e disso concluímos que ou a UPES não conseguiu levantar os documentos, ou obteve os recursos de outra fonte.

Então eu questiono, Senhores Deputados da Bancada, companheiros do PT, PSDB, PFL, PMDB, PL e outros partidos: como uma entidade que teve o seu telefone cortado por falta de pagamento, pode financiar uma campanha farta de publicidade gentilmente em favor do Secretário de Estado? Quais as fontes de recursos da UPES?

Do nosso conhecimento, as entidades estudantis e a participação da manutenção das cantinas escolares, as entidades estudantis que foram regulamentadas por projeto de lei de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan, desta Casa, não têm sido feitas nas escolas. E além disso, mesmo que estivessem sendo feitas, não podem os recursos das carteirinhas serem carreados para publicidade de Secretário de Estado.

E as cantinas? O projeto embora tenha sido aprovado não foi regulamentado pela Secretaria da Educação. E repetimos: mesmo que tivesse sido, os recursos por ele arrecadados não poderiam jamais serem canalizados para publicidade governamental.

Então, estou questionando a responsabilidade daqueles que estão financiando a campanha personalista do Deputado e Secretário Rubens Bueno.

Sinceramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não acredito que a UPES esteja tirando recursos dos estudantes para financiar esta campanha; mas, como o próprio Secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, afirmou que ela está financiando a campanha, eu quero saber então com que dinheiro, minha gente? Deputado Dirceu Manfrinato, com que dinheiro a UPES está financiando essa campanha do Deputado e Secretário Rubens Bueno?

Tem o aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado a Vossa Excelência por me conceder o aparte.

Quero ser solidário a Vossa Excelência, quando levanta essa questão da UPES. Mas, antes de chegarmos também ao nosso raciocínio, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que conversei com o Governador Álvaro Dias com relação a esta propaganda que existe do Secretário Rubens Bueno, tanto na TV como nas ruas da Capital do Estado.

E o Governador afirmou taxativamente que não há recurso nenhum do Governo do Estado em cima dessa propaganda do Secretário Rubens Bueno.

Agora, o que causa uma estranheza, ilustre Deputado, é quando nós fomos procurado também pelo atual Presidente da UPES, o Nilson Evangelista, de que precisava haver um encontro na cidade de Maringá e não havia recursos, pediu até que eu interferisse, arrumasse cinco ônibus e recursos financeiros para alimentação.

E hoje, eu até questioneei, ele estava aqui há pouco tempo na Assembléia Legislativa, de que é um contra-senso; e Vossa Excelência reafirma agora de que não há água, telefone cortado.

Quer dizer, isto é um absurdo, eu acho que a Assembléia Legislativa tem que tomar uma posição muito séria, porque na verdade quem está sendo prejudicado são os estudantes do nosso Estado.

Se os recursos existem para financiar campanhas de Secretário de Estado e não existem para atender as necessidades dos nossos estudantes do Paraná, é até um contrasenso a propaganda na televisão quando fala do voto direto aos diretores de escola.

Eu estou muito preocupado realmente com essa situação de que os estudantes possam estar sendo penalizados, até se houve realmente desvio desses recursos para prestigiar a propaganda do Secretário de Estado.

Eu parablenizo Vossa Excelência por esta colocação, mas reafirmando que não tem participação do Governador Álvaro Dias em relação a isso.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Já na sequência.

Eu tenho certeza absoluta de que a UPES recebeu subvenção social de órgãos governamentais para subsidiar, e espero ver isto comprovado através de uma certidão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro da entidade nos últimos cinco anos, quando recebeu recursos por parte dos órgãos do Governo. Então, na verdade, ficamos agora nesta dúvida.

Concedo o aparte ao Deputado José Felinto. Na sequência, ao Deputado Pessuti e ao Deputado Rafael Greca, e solicito à Mesa que estenda o tempo da liderança do PDT, para que nós possamos completar esse nosso trabalho aqui.

O Sr. José Felinto - Quero ceder a Vossa Excelência o tempo da Liderança do PDB, se for necessário.

Quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, e dizer o seguinte: indaguei ao Governador Álvaro Dias, se haveria, se poderia, por acaso, ter um envolvimento de algum órgão do Governo do Estado com relação a essa entidade, a UPES, entidade que eu respeito e que, constantemente, recebo em meu gabinete os estudantes à procura de recursos para essa entidade e que de repente aparece com uma campanha publicitária de uma lei que já foi aprovada há alguns anos atrás, de autoria do Deputado Rubens Bueno, onde há

uma promoção pessoal do Secretário.

Quero parabenizar Vossa Excelência, e dizer que do Governo Álvaro Dias, não tem um centavo. Mas lamento profundamente que empresários, segundo eu soube, amigos do Deputado, tenham feito esse patrocínio, quando esses empresários deveriam dar recursos à UPES, porque ela necessita, e não para uma campanha desse nível.

Eu realmente me coloco muito preocupado com isso.

Lamento profundamente que esses empresários, amigos do Deputado Rubens Bueno, que por consequência fez doação à UPES, eu acho que temos entidades filantrópicas como a Confederação Evangélica do Serviço Social; Vossa Excelência tem uma série de entidades filantrópicas que Vossa Excelência bem participa e ajuda com o minguado recurso que aqui recebemos para esses fins, e de repente vêm bons empresários intencionados em promover uma lei que já é do passado, que já tem muitos anos.

Eu parablenizo Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e reafirmo, o Governador Álvaro Dias ainda ontem me disse que não existe por parte do Governo um centavo, e que segundo o próprio Secretário, quando o Governador lhe cobrou a respeito, ele disse que eram amigos bem intencionados quanto à democracia dos estudantes conclamando a todos os interessados a participar dessa eleição.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só para não tomar o tempo que pertence ao Deputado Algaci Túlio, eu pedi uma questão de ordem e ofereço até uma sugestão ao Deputado Algaci Túlio, de que poderia até ser convocado pela Assembléia Legislativa, o Presidente da UPES, para vir prestar esclarecimentos junto com uma comissão de estudantes, que tenha conhecimento dessa situação.

Apenas uma sugestão a Vossa Excelência, já pedi por questão de ordem para não tomar o tempo de Vossa Excelência, que lhe é de direito no Horário da Liderança.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Manfrinato.

Eu quero completar, já na sequência dou aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

Então, há outra forma de justificar a campanha, se não através desse esquentamento do dinheiro na UPES, para a propaganda do Deputado-Secretário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como explicar a UPES estar gastando dinheiro com propaganda, quando a sede da entidade, repito, situada na Marechal Malet, nesta Capital, estar em estado físico deplorá-

vel, reclamando por reformas urgentes, com visíveis danos nos muros, paredes e janelas, além do quintal onde o capim cresce bem alto?

Eu encaminhei requerimento à Mesa, para ser apreciado por este Plenário, pedindo ser oficiado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, uma solicitação da certidão de prestação de contas da UPES referente ao repasse de recursos oficiais de auxílio e subvenção em qualquer caráter para levantarmos, nos últimos cinco anos, quanto a UPES ganhou de recursos oficiais, se o Plenário decidir por não apoiar o nosso requerimento encaminharei pessoalmente o ofício meu pelo gabinete nesta Casa, a fim de ter acesso a essas informações.

Se for comprovado o repasse de recursos de monta considerável à UPES neste último semestre de 1989, não há dúvida, Srs. Deputados, que nós solicitaremos a abertura de uma CPI neste Poder, para investigar os critérios para recursos a fim de fiscalizar o fim que vem sendo dado a esses recursos públicos.

Por fim, Srs. Parlamentares, quero alertar para o disposto no artigo 30: das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, que garante o reexame, a partir de 1990, em todas as entidades que estejam recebendo recursos para verificação de sua condição de utilidade pública estadual ou benemerência na forma da lei.

E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que não começaremos o reexame pela União Paranaense de Estudantes Secundaristas, entidade que, apesar de não ter fins lucrativos, tem recursos para financiar uma campanha de publicidade de um Deputado-Secretário do Estado do Paraná.

Então, eu estou encaminhando, já encaminhei ontem, não foram votados, estou encaminhando uma solicitação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com várias indagações aqui, que não me faltará tempo para que eu possa, evidentemente, ler um pedido de informações, que espero que o Plenário me ajude a aprovar hoje à tarde, baseado nas seguintes perguntas:

De que forma esta Secretaria viabilizou vinculada por ocasião das eleições diretas para diretor de escolas da rede estadual de ensino? No que a campanha consistiu? E que fins procurou atingir? Qual é o montante de recursos gastos pela Secretaria, para financiar a referida campanha? Se não houve gastos, explicar a fonte geradora dos recursos para a campanha. Quais as doações feitas a título de subvenção nos últimos dois anos pela Secretaria à UPES? Datas, valores, finalidades, fonte dos recursos, projetos financiados, prestação de contas da aplicação

dos recursos, critérios para o repasse das verbas, processo para a solicitação e posterior repasse dos recursos; como a campanha publicitária foi operacionalizada com publicações microeletrônicas, e além, evidentemente, de outros tipos de propaganda.

E aqui na sequência, também um arrazoado bastante longo nestas minhas indagações. E eu tenho aqui em mãos, Deputado Pessuti, só para completar, eu tenho parte das subvenções passadas pelo Governo à UPES, eu tenho aqui em mãos, e passem, senhores, vejam as importâncias que o Governo repassa à UPES: no dia 24 de março/89, 200 cruzados; no dia 17 de agosto/89, 300 cruzados; no dia 1º de março, 250 cruzados; no dia 15 de agosto, um milhão de cruzados; no dia 17 de março, passados pela Secretaria da Educação, 600 cruzados; no dia 19 de setembro, 15 mil cruzados repassados pela FASPAR; no dia 24 de abril, 600 cruzados passados pela FASPAR; no dia 26 de junho, um mil cruzados novos repassados pelo Governo; no dia 17 de julho, dois mil cruzados repassados pelo Governo.

Se somarmos isto aqui, tudo, isto aqui, não dá para fazer 15 segundos na Rede Globo de Televisão. Quer dizer, então, de julho para cá devem ter repassado uma verba astronômica para a UPES fazer a propaganda do Secretário Rubens Bueno, mas não deram para recuperar a casa e nem para pagar o telefone, que está cortado.

Sr. Presidente, concedo um aparte, se me permitir ainda, ao Deputado Pessuti, para não deixar de atendê-lo, porque atendi a todos os Deputados e apenas 30 segundos para o Deputado Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Concedo 30 segundos.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Algaci Túlio.

Evidentemente que não poderíamos concordar com qualquer campanha promocional com dinheiro público, em favor desta ou daquela pessoa.

Mas, como um ex-integrante da UPES, à condição de Vice-Presidente do Grêmio Estudantil do Jardim Alegre, em 1969, me pediu o Presidente desta entidade, Nilson Evangelista, que desse conhecimento à Casa para constar das notas taquigráficas, já que o assunto está sendo abordado, o seguinte comunicado:

"A União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º Graus vem a público esclarecer que, como de praxe vem fazendo desde a primeira eleição direta nas escolas em 1985, está veiculando em todo o Estado uma campanha de motivação à participação da comunidade escolar nas eleições deste ano.

Esta campanha de mobilização inclui um

concurso de redação para os estudantes, em uma homenagem merecida ao autor da lei, Deputado Estadual Rubens Bueno e à Assembleia Legislativa do Paraná.

Sobre o financiamento de tal atividade, esclarecemos que, por nossa iniciativa, obtivemos doações de democratas interessados na formação política e sadia dos jovens paranaenses, não havendo qualquer participação de verbas do governo estadual, ou qualquer outra entidade oficial.

Em 1984, quando propôs a lei das eleições diretas, o Deputado Rubens Bueno não estava defendendo um projeto pessoal, estava sendo representante das aspirações legítimas de estudantes, pais, professores e funcionários das escolas, entendendo ser a educação, responsabilidade da comunidade. Naquela época, ele chegou ser duramente criticado por estar dando direito de voto a jovens de dezesseis anos, hoje os jovens de dezesseis anos elegem o Presidente da República.

O Paraná deu o exemplo, pelo seu pioneirismo. Hoje, mais de três mil escolas e cerca de um milhão e trezentas mil pessoas participam nas eleições. Temos certeza de também estamos forjando uma geração de líderes com sólidos valores democráticos com esta prática.

Com as nossas saudações democráticas. Curitiba, 28.11.89."

Este é o comunicado que faz a UPES e que nós fizemos questão que ficasse registrado na sessão de hoje, dado o assunto que está sendo tratado, e dizer que concordamos com Vossa Excelência, de querer buscar, efetivamente, a verdade dos fatos, porque nós jamais concordamos que se use recursos oficiais para promoção pessoal desta ou daquela pessoa.

Obrigado.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela Ordem) - Cinco minutos, Sr. Presidente. Era um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Perfeitamente.

Em trinta segundos Vossa Excelência termina o raciocínio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sou um democrata como foram aqueles democratas que ajudaram a UPES a financiar a campanha do Deputado Rubens Bueno.

Nós queremos dizer que não temos nada contra a lei, muito pelo contrário, somos favoráveis, achamos que é realmente, do espírito democrático. Não temos nada, pessoalmente, contra o Secretário, mas no dever que temos de fiscalizar, estamos aqui fazendo o nosso papel.

Agora, que tem muito democrata bonzinho nesta Cidade, tem, viu, para fazer uma

campanha dessa, milionária, para uma lei que já é do conhecimento de todos, vai ter democratas tanto assim no Paraná que não é brincadeira!

Muito obrigado.

Espero que os democratas ajudem a recuperar a Casa do Estudante Secundarista.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Dentro do Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A agricultura nacional tem sido objeto de nossa preocupação e, não raro, ocupamos esta tribuna para defender os interesses do produtor paranaense e brasileiro.

O tempo passa e, a cada plantio ou colheita de safra, somos obrigados a retomar assuntos eternos como a demora na liberação dos créditos de custeio, preços mínimos, enfim todas as dificuldades por que têm passado os agricultores, especialmente nos últimos anos.

Não bastando o fato do Banco do Brasil estar atrasando a liberação dos financiamentos de custeio, o agricultor enfrenta outros problemas.

Assistimos o Governo paraguaio ter nas mãos os destinos de centenas de famílias de agricultores paranaenses que, atraídos pelas vantagens oferecidas pelo próprio país vizinho, mudaram-se para a região de fronteira com o Brasil e lá levaram o desenvolvimento através de sua agricultura moderna.

Hoje, esses desbravadores estão sob o risco de despejo. O Brasil precisa posicionar-se e defender esses seus filhos que, impossibilitados de obter o mesmo progresso em seu próprio País, escolheram a nação vizinha para trabalhar, são conhecidos como brasiguaios, mas são cidadãos brasileiros e precisam do apoio de seu País.

Numa época em que uma reforma agrária racional ainda está tão distante do povo brasileiro, a alternativa de desenvolvimento pessoal no solo paraguaio não pode ser condenada. Ainda que o Brasil tenha muitas fronteiras agrícolas por desbravar, os paranaenses foram para o Paraguai atendendo ao chamado daquele País que oferecia boas condições.

Agora que o solo está arado e produtivo, não podemos permitir a injustiça de

serem jogados nossos irmãos brasiguaios nas beiras de estradas, junto com outros que solicitam terras. É preciso diferenciar o brasiguai e entender que ele não pode ir engrossar as fileiras dos ditos sem-terras do Brasil. Esses agricultores, não se importando com as dificuldades que enfrentariam sem o amparo do seu país, optaram pelo trabalho onde fosse possível.

Foi o governo paraguaio que atraiu o agricultor para aquele País. Agora não é justo que ele seja simplesmente despejado depois de ter transformado aquela região de selva em terra produtiva."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é só no Paraguai que o agricultor brasileiro sofre com as injustiças. Muitos pequenos agricultores paranaenses ainda não receberam sequer a primeira parte do financiamento obtido junto ao Banco do Brasil no início da safra, tendo por objeto os valores básicos de custeio.

A situação é crítica e muitos agricultores já estão vivendo o desespero. Não bastando essa situação, segundo divulgou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, enquanto não for liberada a primeira parcela do financiamento a produção fica sem a cobertura do Pró-Agro.

A falta de uma política agrícola realmente voltada à valorização do agricultor e à produção de alimentos, as vezes faz-nos pensar que o Governo Federal está se esquecendo que a agricultura é a geradora de riquezas e divisas para o Brasil.

Concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Ezequias Losso, Vossa Excelência traz oportunamente esses assuntos à apreciação do Legislativo Estadual.

Nós temos lido com muita apreensão, ouvido através do rádio e assistido através da televisão, o problema dos agricultores brasileiros que vivem no Paraguai.

Nós poderíamos dizer que até conhecemos de perto a situação dessas pessoas, embora não lá estejamos no dia-a-dia, porque outrora tivemos inclusive familiares nossos residindo em Piquiri, Município, Província, não sei como eles chamam lá, mas em Ernandares.

Já naquela ocasião a gente estimulava estes brasileiros, parentes e amigos nossos, que na primeira oportunidade voltassem ao nosso País. Fazíamos isso porque primeiro queríamos ter os brasileiros dentro do Brasil e os paranaenses dentro do Paraná e queríamos ter também nossos parentes mais perto de nós. Mas fazíamos isso porque tínhamos que poderiam esses brasileiros a qualquer momento sofrerem pressões, perseguições, atropalhos enfim, como estão sofrendo hoje.

Vossa Excelência traz este assunto com muita propriedade e este Parlamento já aprovou inclusive a constituição de uma Comissão de Parlamentares para acompanhar de perto este assunto e esperamos que ele tenha realmente um desfecho favorável, porque o perigo que correm estes brasileiros que lá se encontram é muito grande, e nós não poderemos assistir passivamente que esses brasileiros possam de lá ser despejados como qualquer tipo de pessoa que nada produziu e que como bandido esteja agindo naquele País.

Não aceitamos realmente este comportamento do vizinho País, o Paraguai, com para os brasileiros que lá vivem.

Cumprimento Vossa Excelência pelo assunto tratado na tarde de hoje.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Deputado Orlando Pessuti, agradeço o seu aparte, dinâmico Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário, que tem se dedicado exaustivamente na defesa dos interesses da agricultura e da agropecuária do Estado do Paraná.

Fica portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o registro do nosso protesto, o protesto do Partido Liberal em relação ao que está acontecendo no vizinho País.

Era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, demais participantes da nossa sessão de hoje.

Neste jogo democrático das eleições, fatos curiosos estão ocorrendo, apesar de previstos, porque conhecemos muito bem a geografia política do Brasil.

Nos últimos dias a massa populacional do Brasil está aterrorizada por setores conservadores da sociedade brasileira que ainda não entenderam, ainda não aceitaram de que é possível um trabalhador com carteira assinada, participante do INPS, que enfrenta fila, disputar o poder com aqueles que há 490 anos sempre viveram sem trabalhar, às custas da exploração, às custas da dominação do homem pelo homem.

Muitos fatos, muitas ações terroristas estão ocorrendo nos últimos dias e que se aliam eleitoralmente ao nosso adversário.

Circula no país um panfleto dizendo que o Partido dos Trabalhadores prega a luta armada. Um falso panfleto. Circula no país equipes pagas pregando o terrorismo,

dizendo que quem tem duas casas vai ter que entregar uma, quem tem dois alqueires de terra tem que entregar um, pregando o terrorismo, a mentira para a Nação e atribuindo ao candidato da Frente Brasil Popular. E ninguém assume. É apócrifo. A não ser em algumas declarações do candidato oposto ao da Frente Brasil Popular, o famoso caçador de "maracujá", que porventura aqui, que porventura lá, afirma de que este país governado por Lula estará levando o Brasil ao derramamento de sangue. Agora, como eu afirmei nesta Tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há uma semana atrás, que neste momento todo o mundo vai ter que mostrar a unha. Não tem meio termo. Não tem muro para alguém se esconder.

Na data de ontem foi denunciado à sede do Partido dos Trabalhadores no Paraná que um documento apócrifo, mentiroso estava sendo rodado na gráfica de um jornal conhecido no nosso Estado, o jornal "Indústria e Comércio". Militantes do PT para lá se deslocaram, testemunharam, denunciaram a Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral determinou a Polícia Federal, a Polícia Federal se deslocou ao local e confirmou, apreendeu mais de 60 mil panfletos mentirosos que nas apurações até hoje dão conta que é do Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, que representa os setores mais retrógrados, mais exploradores, mais sanguinários da sociedade brasileira, aqueles que não sabem o que é viver de profissão, aqueles que sempre viveram da exploração, aqueles que estão provocando a miséria e a desordem deste país e publicam um panfleto fazendo mentira, dizendo que o PT e a Frente Brasil Popular estão pregando a luta de classes, estão pregando a desapropriação das terras produtivas, dizendo que as medidas que o PT propõe só servirão para dividir os brasileiros e levar o país ao caos.

Eles é que estão dividindo porque estão levando ao caos a maioria da população. Eles estão dizendo que o PT pretende socializar tudo, levantar barreiras e acabar com a livre iniciativa e promover a revolução social no Brasil. Eles é que estão promovendo a revolução sangrenta neste país porque o povo não aquece mais. Estão fazendo que o PT quer devolver o País à Idade Média. Esses empresários atrasados, apesar de serem poucos, não entenderam e não chegaram à Revolução Francesa ainda; não entenderam que para eles é importante que se abra mão de privilégios, que se democratize, que se concorde com reformas.

Eles estão há três séculos atrasados, então querem atribuir ao novo governo democrático e popular, comprometido com as forças progressistas, querem atribuir... eles estão atribuindo os erros que eles não estão tendo mais capacidade de propor

para a Nação uma saída para a crise econômica, para a crise política e para a crise social, e então apelam para atos terroristas de baixo nível que a sociedade brasileira não comporta mais e nas urnas o povo brasileiro vai dizer não, porque o jogo rasteiro não cabe mais no País.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que nós vamos abordar aqui é a isonomia da Polícia Militar conquistada nesta Casa, por unanimidade, na Constituição promulgada no dia 5 de outubro de 1989, através do art. 42, § 1º.

E eu queria fazer uma observação a respeito do telex do Supremo Tribunal Federal, presidido e assinado pelo Ministro Néri da Silveira e encaminhada à Presidência desta Casa.

Nós acompanhamos, através da imprensa falada, escrita e televisada, a preocupação do Governador Álvaro Dias no sentido de arguir a inconstitucionalidade desta conquista, uma conquista secular a exemplo de outros Estados federados do Brasil que naturalmente trouxe um pouco de tranquilidade à corporação que luta por esforços continuados no sentido de salvaguardar um salário condizente, condigno ao seu trabalho desenvolvido em prol da segurança pública.

Todavia a preocupação houve, e todos nós Parlamentares, em especial este companheiro, vêm desde então desenvolvendo esforços no sentido de até mesmo em Brasília desenvolver um trabalho junto aos políticos, em especial junto à nossa bancada "tucana" que neste momento nos tem assessorado, assistido para que tal não viesse a acontecer.

Mas, preocupado com o movimento, a insatisfação pelo que o Governo havia desenvolvido através de sua Procuradoria Geral do Estado, onde tive oportunidade de contestar, replicar, treplicar algumas vezes quando aqui se faz necessário. A arguição da inconstitucionalidade acaba de ser deferida tão somente na liminar concedida ao Governo do Estado para sustar o pagamento a fim de salvaguardar medidas de caráter administrativo tal qual a tropa procurar desenvolver um Mandado de Injunção para que o Governo fizesse aquilo que auto-aplicável, passava a vigir a partir de 5 de outubro, de pleno direito, em toda a

sua plenitude para a respectiva corporação.

Companheiros, nós perdemos naquilo que diz na guerra: parte de uma batalha, não a batalha.

Paira uma grande expectativa para todos nós, Deputados, que ali devotaram seu voto, sua confiança, atendendo a reivindicação da Corporação, quando naqueles dias a esperança espreitava toda esta Assembleia Legislativa.

O próprio telex encaminha para análise do mérito legal para mais tarde. Isto significa que haveremos de ter, naturalmente, a receptividade necessária, porque dois Ministros votaram a favor, entendendo que havia amparo e respaldo legal dentro do que preconiza a Constituição maior, no que diz respeito às prerrogativas estendidas em toda a plenitude à força auxiliar, isto é, à Polícia Militar.

Isto posto, preocupado o Governo, ele encaminha após laborioso estudo de três Secretarias de Estado, Administração, Finanças, Planejamento, acompanhado à distância pela Casa Civil, a Mensagem proposta ao Governo, Ofício n. 1405/89, datado de 24, para que o Governo apreciasse o aumento para o sistema de segurança pública, isto é, Civil e Militar.

Nesta oportunidade o Governo já alinha, dizendo que vai apreciar a isonomia dos delegados juntos ao Promotor de Justiça. Preocupado, corri à Secretaria, ao estudo, pedi vistas, tenho vistas, e procurei encaminhar para a Polícia Militar também, se quisesse, pudesse se beneficiar.

Enquanto a isonomia maior dela tramita no Supremo Tribunal para uma avaliação posterior.

Imediatamente o estudo foi feito e procurei sensibilizar, dizendo que era histórico neste Estado que as instituições sempre encaminhassem juntas dentro do sistema de segurança pública e no que diz respeito à política salarial. Não pode, em momento algum, repito, a Polícia Civil ganhar mais do que a Polícia Militar. E eu quero até tranquilizar os companheiros das duas instituições que um estudo está sendo feito para estender a instituição Civil do delegado ao agente e a Militar do coronel ao soldado.

Não procede portanto esta central de boatos que está a dizer neste Paraná que esta classe mais baixa da pirâmide não vai ser assistida. Vai ser sim, porque não acredito que o Governador irá discriminar.

Discriminar porque já estamos colhendo uma série de frustrações quando se discrimina que nesta Casa não se dará abono salarial à Polícia Militar do Estado do Paraná e à Polícia Civil.

De sorte que clamo a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado para a reali-

dade, porque está aí a Polícia Civil em greve, a Polícia Militar desmotivada que naturalmente com a greve da Civil assoberbou o serviço da Polícia Militar. Razão pela qual aguardo, com toda a atenção, para que quando do encaminhamento, possamos então apreciar a vigência desta proposta do Governo que, segundo consta, será a partir de 5 de outubro, a Polícia Civil e que a Polícia Militar seria a partir da data da publicação.

Isto é, se entrar por estes dias, seria a partir de dezembro.

Por favor, que isto não aconteça, que haja a extensividade em igual direito à Polícia Militar.

Não pode, evidentemente, existir dois pesos e duas medidas. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMB.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de resolução de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do

expediente. Necessita de apoio. Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoio. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 317, 318, 319 e 320/89, bem como para o Projeto de Resolução n. 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 347/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 345/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei Complementar n. 297/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 329/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 317/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 81/89), dispõe que aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos Servidores regidos pela Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. **Aprovado.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A Mesa solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer) (Faz a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Responderam à chamada 23 Senhores Deputados.

Não há quorum para votação, somente para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 318/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, dispõe que aos ocupantes dos cargos dos servidores auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 319/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, dispõe que aos servidores do Poder Judiciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 320/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, dispõe que aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 67/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe que aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. **Encerrada a discussão.**

2ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 347/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, "post-mortem", ao Senhor ABILON DE SOUZA NAVES. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

1ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 345/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 87/89), que dá nova redação ao parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei n. 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterado pela Lei n. 7.812, de 29 de dezembro de 1983. **Encerrada a Discussão.** (Public. no DA. n. 104, de 22.11.89).

2ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei Complementar n. 297/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acrescenta parágrafo

único ao Art. 281, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede a ALIDE MARIA BRÍGIDO, pensão mensal, conforme especifica. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 65/89 (ex-Projeto de Lei n° 170/87), que autoriza a realização de plebiscito visando a criação do Município de Candói, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as divisas que especifica. - Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 65/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, visando a criação do Município de CANDÓI, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso, no encontro com a Estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, segue pela referida estrada até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Campo Fechado, segue por esta até o Lajeado dos Porcos, descendo o Lajeado dos Porcos até sua foz no Rio Campo Real, descendo o Rio Campo Real até sua foz no Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguazu, descendo o Rio Iguazu até a foz do Rio Cavernoso acima até o encontro com a estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, ponto inicial.

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CANDÓI

Partindo do eixo da BR-373 que vai de Três Pinheiros a Pato Branco, à altura do Km 416,8 sobre o Rio da Divisa; pelo Rio da Divisa abaixo, na distância de 1.400 m. passando pelos fundos da Serraria Zagonel, até encontrar a rede de energia elétrica; daí segue em linha reta e seca, no sentido de Pato Branco e numa distância de 8.200m, até a altura do marco do Km. 425, desse ponto, segue por linha reta e seca, numa distância de 1.000 m. até a BR-373,

no marco 425; continua por linha reta e seca, no mesmo rumo por mais 2.500 m.; daí deflete à direita e, por linha reta e seca, com a distância de 8.200 m. alcança a Estrada do Rio da Lage; desse ponto, por linha reta e seca, numa distância de 2.000 m., alcança o eixo da BR-373 sobre o Rio da Divisa na Altura do Km. 416,8, ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.11.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente
DAVID CHERIEGATE - Relator

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nossa intenção no dia de hoje, tendo em vista as muitas conversações que já temos procedido, ver aprovado o Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do eminente Deputado Anibal Khury, com emendas de nossa autoria. E falamos que era nossa intenção porque efetivamente após quase seis meses já de conversações, pois desde agosto nós temos mantido conversações seguidas com diversas Secretarias de Estado, nós entendemos que ainda durante o mês de novembro nós conseguiríamos ver aprovado este benefício a um segmento de servidores do Governo do Estado do Paraná.

Quero informar aos senhores Deputados que na data de ontem, em companhia do Deputado Lauro Lobo Alcantara, nosso líder, estivemos com Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, o qual ainda se mantém de certa forma um tanto arredio no que diz respeito à futura sanção deste projeto de lei. Mas não nos proibiu que votássemos esse projeto e que aprovássemos. Apenas se reservou ao direito de analisar no futuro, sancionar ou vetar dentro daquele entendimento que julgar mais correto e mais necessário para o poder público.

Hoje novamente o Deputado Lauro Alcantara voltou a falar com Sua Excelência o Governador Álvaro Dias. E era nossa intenção efetivamente aprovar o projeto na tarde de hoje. Mas, infelizmente, não temos

aqui número de Parlamentares. Foi pedida a verificação, procedeu-se à chamada nominal por uma vez, por duas, e não tínhamos os 28 Parlamentares na Casa para dar o número necessário à aprovação deste projeto.

Ele permanece na Ordem do Dia para votação na próxima sessão, que será na segunda-feira. E devo informar aos Srs. Parlamentares que uma nova rodada de conversações estaremos desenvolvendo amanhã e na segunda-feira, em companhia do nosso Líder o Deputado Lauro Lobo Alcantara, com o objetivo de conquistarmos aliados e conquistarmos principalmente Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, o apoio a este projeto de lei, que visa tão somente corrigir distorções que existem no meio dos servidores públicos estaduais, onde alguns em especial ou exclusivamente, melhor dizendo, os engenheiros arquitetos e engenheiro agrônomos e florestais, engenheiros, enfim, estão a perceber os 40% de anotação de responsabilidade técnica enquanto que outros servidores, possuidores do mesmo direito, anotação de responsabilidade técnica não foram contemplados com este benefício.

E a nossa Constituição Estadual, promulgada por nós em outubro, e a Constituição Federal asseguram a insonomia àqueles que desenvolvam atividades iguais ou até mesmo às assemelhadas.

Então, entendemos que é de justiça que venhamos a aprovar esse projeto de lei que beneficiará em torno de uns quinhentos servidores e que pouco representará em termos de percentual na folha de pagamento e que virá, sem sombra de dúvida, corrigir uma falha hoje existente no poder público estadual.

Nós iremos amanhã prosseguir nas negociações, segunda-feira, às 08:00 horas da manhã, estaremos junto com o Deputado Lauro falando com o Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias, e posteriormente com o Governador, buscando o apoio, buscando a aprovação, buscando afinal a sanção para aquilo que deveremos aprovar na próxima segunda-feira quando voltar a ser votado, daí tão somente na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/89, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e ANTÔNIO ANNIBELLI, que retifica a Lei n° 9008/89 e dá outras providências. (Criação de Santa Tereza do Oeste). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo criar o Programa Estadual de Transporte Escolar,

conforme específica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 102/85, de 02.10.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 251/85

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Transporte Escolar.

A medida visa beneficiar enorme parcela do estudantado, basicamente na zona rural, que encontram como uma das dificuldades para o acesso aos bancos escolares, a absoluta precariedade para o seu transporte. Possui, portanto, elevado alcance social.

Embora seja medida meramente autorizatória, a matéria fere preceito constitucional.

Com efeito, a necessidade de dotação orçamentária própria, com recursos definidos pelo Governo do Estado, implicam em aumento de despesa.

Como evidencia a Carta Magna Estadual, toda matéria de natureza financeira, que necessite ou determine aumento de despesa, é prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa.

Assim sendo, em que pese a importância e o cunho profundamente social da medida proposta, nos vemos constrangidos a manifestar o nosso parecer contrário, opinando pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 06.11.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
TRAJANO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 251/85

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Transporte Escolar.

A medida visa o benefício de grande parcela de estudantes, principalmente aqueles da zona rural, que encontram grandes dificuldades para se locomoverem de suas casas para os bancos escolares.

Mesmo contrariando o disposto no Art. 25, § 1°, letras A e B, e Art. 47, item I, da Constituição Estadual, a matéria configura-se de grande importância e de alto valor social, e em sendo seu cunho meramente autorizatório, nosso parecer é Favorável, esperando que a ação governamental venha a sanar vício de origem que porventura possa existir.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 251/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o projeto de lei ora em exame, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Transporte Escolar.

A medida objetiva auxiliar os estudantes com residência nas zonas rurais e que se deparam com grandes dificuldades por ocasião de sua locomoção diária aos locais onde situam-se os estabelecimentos de ensino por eles utilizados.

Mesmo contrariando dispositivos contidos na Constituição Estadual, a iniciativa configura-se de grande importância o desenvolvimento educacional da nossa laboriosa juventude que reside nas zonas produtoras de nosso Estado.

Por outro lado, além do alto valor contido no presente plano de lei, este tem apenas um cunho autorizatório, constituindo-se estas as razões que nos levam a emitir o nosso parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.89.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 67/88, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que torna obrigatória a distribuição anual a todos os alunos de 1° e 2° graus do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 18, de 05.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 67/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria da nobre Deputada Amélia Hruschka, tem a finalidade de tornar obrigatória a distribuição anual a todos os alunos de 1° e 2° graus do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Da justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, o que se procura é tornar de conhecimento dos alunos e por meio desses, de seus familiares o teor desta Declaração, alertando assim sobre os direitos que as pessoas possuem e que passem a se tornar sabedoras de seus deveres para com a sociedade.

Na verdade, a aprovação da proposta em questão virá a proporcionar um avanço em direção ao progresso intelectual de nosso povo.

Esta douta Comissão de Constituição e justiça, ao ser chamada a opinar sobre os aspectos que lhe cabem, de acordo com o

artigo 48 do Regimento Interno, entenda que diante de tudo que foi acima exposto, a medida em apreciação merece a sua manifestação Favorável, sendo pois pela sua aprovação. Além do que inexistem óbices à tramitação normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

É o Parecer, em toda a sua extensão.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 67/88

P A R E C E R:

Visa o presente projeto de lei, instituir a obrigatoriedade da distribuição de uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos a todos os alunos de 1° e 2° graus do Estado do Paraná.

Certo é que, uma vez aprovado o ora versado projeto de lei, a impressão dos exemplares demandará custos ao Executivo Estadual.

Não obstante, será de incomensurável valia a aprovação do presente projeto de lei, que implicará na convivência doravante, dos alunos que se encontram cursando o 1° e 2° graus, com uma carta conhecida como o é a Declaração dos Direitos Humanos.

Posto isto, somos de parecer Favorável à aprovação do projeto de lei, na forma como foi proposto.

Sala das Comissões, em 07.11.89.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o "Concurso de Combate ao Fumo", para Radioamadores do Estado do Paraná, a ser realizado, anualmente, em 29 de agosto, "Dia Nacional de Combate ao Fumo", consagrado pela Lei Federal n° 007488, do dia 11 de junho de 1986. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.C.E., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 71, de 29.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 211/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Parlamentar Ezequias Losso, visa instituir o "Concurso de Combate ao Fumo", para Radioamadores do Estado do Paraná, a ser realizado em 29 de agosto, "Dia Nacional de Combate ao Fumo", consagrado pela Lei Federal n° 007/88, de 11.06.86.

Destaca-se, claramente, na iniciativa do ilustre Deputado, o grande alcance social da proposição, haja vista o grande contingente de pessoas que se tornaram vi-

ciadas "desinformadas" deste grande mal que assola a humanidade, pois o fumo está entre os fatores de maior risco que, levando as pessoas a serem portadores de problemas cardíco-vasculares, juntamente com a hipertensão, o excesso de colesterol no sangue, obesidade e diabetes, assim como o stress.

A medida se adotada incorrerá em meio eficaz de combate ao fumo, pois é sabido que a falta de informação e a falta de verdadeira conscientização dos males decorrentes do fumo são os meios propícios para a propagação deste vício.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, nada encontra legal ou constitucionalmente que possa impedir a normal tramitação deste projeto por esta Colenda Casa de Leis. Ao contrário.

Tal medida pelo seu caráter social e benéfico à saúde e ao bem-estar comunitário, é por nós plenamente apoiada e acolhida.

Pelo acima exposto, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 211/88

P A R E C E R:

O Concurso de Combate ao Fumo para Rádioamadores do Estado do Paraná, é uma iniciativa do Deputado Estadual Constituinte Ezequias Losso, que merece o nosso mais profundo respeito e empenho no sentido de que tal propositura seja coroada do mais pleno sucesso.

Precisamos continuar a desenvolver ações que visem quebrar a "química do vício" entre nossa população.

Estudos revelam que a nicotina tem um poder de gerar dependência tão grande quanto o de drogas como a heroína e a cocaína.

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, numa estimativa de mortes ocorridas em 1987, naquele País, e atribuídas ao uso de cigarro, álcool e drogas, apresentou os seguintes resultados:

. Morte pela cocaína	2.000 pessoas
. Morte pela heroína	4.000 pessoas
. Morte pelo álcool + drogas	4.000 pessoas
. Morte pelo álcool	125.000 pessoas
. Morte pelo cigarro	320.000 pessoas

Por estes e tantos outros dados da pesquisa sobre malefícios causados pelo uso do fumo, somos compelidos a somar esforços em propostas como as apresentadas pelo nobre Deputado Ezequias Losso, pois são caminhos a serem percorridos em busca

Curitiba, quinta, em 30.11.89

ao combate a este pernicioso vício.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação do presente projeto de lei.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.89.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 211/89

P A R E C E R:

O ilustre parlamentar Ezequias Losso, apresentou projeto de lei que visa instituir o Concurso de Combate ao Fumo para Rádioamadores do Estado do Paraná, a ser realizado, anualmente, em 29 de agosto.

O presente plano de lei foi analisado devidamente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública, recebendo destas Pareceres Favoráveis, a primeira por entender não haver qualquer impedimento legal ou constitucional em relação à matéria. Já a segunda, ao analisar os aspectos meritórios da questão entendeu-a louvável.

Esta Comissão de Cultura e Esportes, chamada a opinar de conformidade com a Resolução n° 120/79, vem a se pronunciar favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.89.

(aa) RAUL LOPES - Presidente

ACIR MEZZADRI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 247/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que institui gratificação de verba de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 84, de 02.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 247/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o plano de lei em tela visa instituir gratificação de verba de representação, conforme especifica.

A presente proposta, caso venha a ser concretizada, fará valer o Princípio Constitucional de Isonomia, disposto no art. 39, § 1°, da Constituição Federal.

Além disso, dada a situação econômica em que se encontra o País, a concessão de verba de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo, de nível universitário, e que se encontram regidos pela Lei n° 7424/80, é

uma forma de se procurar manter em bom nível as funções por estes exercidas e melhores condições e apresentação e aperfeiçoamento nas suas respectivas áreas.

Deve-se ainda esclarecer que a gratificação em questão constitui-se em benefício já concedido aos funcionários do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa, desde 01/06/89, por força da Lei n° 9018/89 e Resolução n° 27/89, respectivamente.

Nestas condições, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente, dada a inexistência de óbices que possam prejudicar o trâmite normal desta proposta por esta Casa de Leis.

Pela aprovação do Projeto de Lei n° 247/89.

É o parecer.

Sala das Comissões em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 247/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury o Projeto de Lei que leva o n° 247/89, tem por objetivo instituir gratificação de verba de representação aos funcionários - de nível universitário - ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo, regidos pela Lei n° 7424/80.

A referida gratificação corresponderá a 80% sobre o vencimento, incomparável ao mesmo para todos efeitos legais e extensivos aos inativos.

A Comissão de Constituição e Justiça, ouvida sobre o assunto, manifestou-se favoravelmente, levando-se em conta a ausência de óbices que possam prejudicar a tramitação normal do mesmo.

Trata-se de uma proposição que visa aplicar o Princípio da Isonomia previsto no Art. 39, § 1°, da Constituição Federal, bem como, no Art. 33, § 2°, da Constituição do Estado do Paraná.

Igualmente esta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre tão justa iniciativa, entende que o presente projeto de lei está em condições de ser aprovado por esta Casa Legislativa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.11.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N° 247/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do

nobre Deputado Anibal Khury, institui gratificação de verba de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo.

Sobre o mesmo, houve pronunciamento das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, recebendo das mesmas pareceres favoráveis.

No que diz respeito a esta Comissão de Recursos Humanos, conforme lhe reza a Resolução n° 21/75, somos compelidos pelas razões descritas a seguir o voto das Duntas Comissões acima arroladas.

Assim sendo, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
NELSON VASCONCELLOS - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JORGE ALOYSIO WEBER, e também concede os Títulos de Cidadão Benemérito do Paraná aos Srs. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, GEORGE CHRISTOFIS, RUBENS ARMANDO BRUSTOLIN, JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO e ARIIVALDO DE MELLO ARANTES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 102, de 22.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 328/89

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, o projeto de lei em questão objetiva conceder ao Senhor Jorge Aloysio Weber título de Cidadão Honorário, e aos senhores Carlos Alberto Pereira, George Christofis, Rubens Armando Brustolin, José Alberto Pereira Ribeiro e Ariovaldo de Mello Arantes, títulos de Cidadão Benemérito do Paraná.

No tocante ao mérito, verifica-se que a iniciativa atende a reclamos de justiça, em função dos curriculum-vitae apresentados, na própria justificativa, denotativos da qualidade dos serviços já prestados por todos homenageados ao Paraná.

Quanto à constitucionalidade, consoante o Art. 65, da Carta Estadual, inexistem óbices à iniciativa da matéria em tela.

Frente ao exposto, somos levados a opinar FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei n. 328/89, até sua aprovação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
ACIR MEZZADRI
Relator

Sobre a mesa, requerimento de n. 2767, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2747, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2746, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2741, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento de n. 2769, de autoria do

Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2771, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Prejudicado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para sexta-feira, dia 1º de dezembro, uma Sessão Solene para outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendo Pastor Manoel Ferreira.

Marca, ainda, para segunda-feira, dia 04, uma Sessão Ordinária, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia anunciada anteriormente, com todos os projetos em processo de votação.

Levanta-se a sessão.